

# EDUCAÇÃO ESCOLAR CATÓLICA NO BRASIL: DAS ORIGENS À CONTEMPORANEIDADE

## *CATHOLIC SCHOOL EDUCATION IN BRAZIL: FROM ORIGINS TO CONTEMPORARY*

Naiara de Oliveira Arcangelo<sup>1</sup>

José Pedro Toniosso<sup>2</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa tem como finalidade apontar os estudos realizados sobre a educação católica no Brasil do período colonial à contemporaneidade. Neste sentido, destaca-se que a história da educação é marcada pela forte influência da Igreja Católica, desde o período colonial, com a vinda de diversas congregações, entre elas a dos jesuítas que, por meio do método *Ratio Studiorum*, desenvolveu intenso trabalho de formação escolar e catequético, com a fundação de inúmeros colégios espalhados pelo território brasileiro. Apesar da expulsão destes religiosos em meados do século XVIII, a influência católica se manteve e foi oficializada durante o período do Império. A partir do final do século XIX, com a implantação do regime republicano e o surgimento de novas teorias educacionais, houve uma maior valorização da educação pública e laica, situação que enfrentou firme oposição dos católicos. Nas últimas décadas do século XX observou-se uma contínua crise na educação católica, situação que provocou o fechamento de muitas escolas confessionais. Diante do exposto, ressalta-se que esta pesquisa, de caráter bibliográfico, incluiu autores como Alves (2002), Aranha (1996) e Saviani (2008), entre outros. Posteriormente ao embasamento teórico, apresentam-se aspectos referentes a duas escolas confessionais católicas que continuam ativas no município de Bebedouro.

**Palavras-chave:** Educação Brasileira. Educação Católica. História da Educação.

### ABSTRACT

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: naiara\_arcanjo\_2012@hotmail.com.br

<sup>2</sup> Professor Mestre no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: jptoniosso@gmail.com

*The present research aims to study the studies carried out on Catholic education in Brazil from the colonial period to the contemporary. In this sense, the history of education is marked by the strong influence of the Catholic Church since the colonial period, with the coming of several congregations, among them the Jesuits who, through the Ratio Studiorum method, developed an intense work of school and catechetical formation, with the foundation of numerous colleges spread throughout the Brazilian territory. Despite the expulsion of these religious in the mid-eighteenth century, Catholic influence remained and was made official during the Empire period. From the late nineteenth century, with the introduction of the republican regime and the emergence of new educational theories, there was a greater appreciation of public and secular education, a situation that faced strong opposition from Catholics. In the last decades of the twentieth century there was a continuous crisis in Catholic education, a situation that led to the closing of many confessional schools. In view of the above, it should be noted that this research, of a bibliographic nature, included authors such as Alves (2002), Aranha (1996) and Saviani (2008), among others. Subsequent to the theoretical basis, there are aspects referring to two Catholic denominational schools that are still active in the municipality of Bebedouro.*

**Keywords:** *Brazilian Education. Catholic Education. History of Education.*

## **1 INTRODUÇÃO**

Durante o período colonial a Igreja se fez presente na sociedade e também na educação, situação que teve início com a vinda de várias congregações católicas que voltadas para a atuação no campo educacional, tais como jesuítas, franciscanos e beneditinos.

Apesar de essas congregações religiosas operarem no Brasil, Saviani (2014) ressalta que elas trabalhavam de formas distintas, algumas só tinham o apoio da comunidade local, enquanto os jesuítas contavam com o apoio da coroa, sendo eles considerados os maiores percussores da educação no Brasil.

A metodologia jesuítica que se baseava na *Ratio Studiorum*, foi considerada umas das melhores metodologias na época, sendo amplamente utilizada nos colégios espalhados pelo território da colônia. No entanto, ao longo do tempo, o crescimento da influência dos jesuítas sobre questões políticas e econômica gerou

um desconforto que resultou em sua expulsão do Brasil no ano de 1759, pelo governo de Marquês de Pombal. Considera-se que a expulsão dos jesuítas resultou no retrocesso na educação brasileira, que se vê à deriva por não ter nenhum projeto para suprir a lacuna deixada pelos religiosos.

Somente em 1891, com a implantação da república e de uma nova Constituição, é que a Igreja será contestada de forma mais constante, o que levou à uma perda de sua influência nas tomadas de decisões. Neste contexto, a influência do positivismo resultou em maior pressão por uma educação pública e laica, o que será defendido também por outras tendências educacionais, como o escolanovismo, que levantava a bandeira por um ensino público e de qualidade, se opondo as escolas particulares especialmente as religiosas.

Ressalta-se que a influência da Igreja Católica na trajetória da educação no Brasil é apresentada na primeira seção deste trabalho, no que refere-se ao período colonial e do Império. Na seção seguinte discute-se como o processo de laicização do Estado brasileiro, bem como o surgimento de novas concepções educacionais contribuíram para as mudanças na educação brasileira e a conseqüente perda de influência do catolicismo sobre a ela.

Apesar de as novas tendências defenderem uma educação laica, a Igreja procurou manter se adaptar aos novos contextos que se delinearam no Brasil e mantiveram a oferta do ensino escolar em diversas escolas espalhadas pelo Brasil. Neste sentido, apresenta-se, na última seção deste estudo, uma caracterização de duas instituições confessionais existentes no atual contexto no município de Bebedouro SP.

## **2 Igreja e Educação no Brasil: a atuação das ordens religiosas no período colonial e do Império**

### **2.1 Período Colonial: o predomínio das ações educacionais das ordens religiosas**

O período colonial brasileiro foi marcado por ser uma época em que o predomínio da Igreja era muito forte em todos os setores sociais, inclusive na educação, na qual a forte influência religiosa favoreceu para a implementação de um ensino que difundia a moral e os costumes baseados na fé cristã.

No que se diz respeito à, sociedade a igreja não desenvolvia um trabalho à parte, pois estava perfeitamente integrada às decisões da coroa portuguesa:

[...] disto decorre uma nova compreensão das relações Igreja/Reino no início da formação da sociedade brasileira, respeitando o entendimento que à época tinha. O que chamamos, hoje igreja, não se punha à parte independente do rei. Estava constitutivamente assimilada à forma social de ser: todas as partes do todo social, cada qual sua exclusiva competência, se completando para o bem estar do todo, sob o rei, cabeça de todo corpo. A igreja estava, pois funcionalmente incorporada ao Reino. (PAIVA, 2014, p. 80).

A educação da época ocorria pela necessidade de se ter pessoas letradas e fieis à Coroa, fazendo com que a sociedade da época fosse formada através da fé, enquanto que o clero participava ativamente das iniciativas, principalmente quanto o ensino dos “letrados” que atendia a necessidade da coroa e também da igreja.

Segundo Saviani (2014), o período da colonização brasileira teve uma significativa contribuição das ordens religiosas. Destaca que os primeiros evangelizadores que vieram para o Brasil foram os Franciscanos, ainda em 1534, com a missão de difundir a doutrina católica e, também, ensinar alguns pequenos ofícios.

Outras ordens religiosas que se fizeram presentes no período colonial foram os Beneditinos e os Jesuítas, sendo que estes chegaram no Brasil em 1549 e foram uma das maiores referências educacionais da educação brasileira. No entanto, conforme Saviani (2014), o apoio oficial dado às ordens religiosas foi distinto, o que influenciou na dimensão do trabalho desenvolvido por cada uma delas no período em questão.

Contudo, essas diferentes congregações religiosas operaram de forma dispersa e intermitente, sem apoio e proteção oficial, dispondo de poucos recursos humanos e matérias e contando apenas com o apoio da comunidade e, eventualmente, das autoridades locais. Diferente dos jesuítas que vieram em consequência de determinação do rei de Portugal, sendo apoiados tanto pela Coroa Portuguesa como pelas autoridades da Colônia. (SAVIANI, 2014, p.41).

Foi neste contexto que, sob o comando dos jesuítas, começaram a surgir os primeiros colégios em território brasileiro como um instrumento paralelo de propagação da fé. Tanto o rei quanto a Igreja entendiam que os colégios poderiam

ser a melhor forma de se ter uma sociedade educada na fé e nos bons costumes, sendo que, conforme Aranha (1996), o ensino sobre as ciências modernas não se fazia presente na educação jesuítica.

O monopólio jesuítico na educação mantém uma escola conservadora, alheia e revolução intelectual representada pelo racionalismo cartesiano e pelo renascimento científico. O ensino rejeita as ciências físicas e naturais, bem como a técnica ou as artes visando apenas uma formação humanística, centrada no latim, nos clássicos e na religião com ênfase no grau médio. (ARANHA,1996, p.115).

Entende-se que a educação desenvolvida pelos jesuítas no período colonial pode ser dividida em duas fases, sendo a primeira desde sua chegada em 1549 até 1570, marcada pela preocupação em enfrentar os desafios locais e adaptar-se à realidade da população da época, enquanto a segunda fase ficou marcada pela introdução e difusão das orientações do *Ratio Studiorum* no Brasil.

As ideias pedagógicas expressas no *Ratio Studiorum* correspondem ao que passou a ser conhecido na modernidade como Pedagogia Tradicional considerada, porém, em sua vertente religiosa. A concepção pedagógica tradicional se caracteriza por uma visão essencialista de homem e é concebido como constituído por uma essência universal e imutável. A educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano. Para vertente religiosa, tendo sido o homem feito por Deus à sua imagem e semelhança, a essência humana é considerada divina. Em consequência o homem deve se empenhar em atingir a perfeição humana na vida natural para fazer por merecer a dádiva da vida sobrenatural. (SAVIANI, 2014, p127)

Dessa forma, pode-se considerar a pedagogia jesuítica como ideal para os interesses da metrópole portuguesa em relação à sua principal colônia além-mar, motivo pelo qual os jesuítas contavam com o apoio da Coroa e também da comunidade, fator que contribuiu significativamente para o sucesso de seu trabalho.

De fato, os jesuítas empreenderam no Brasil uma significativa obra missionária e evangelizadora, especialmente fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Em matéria de educação escolar os jesuítas souberam construir a sua homogenia. (SANGENIS, 2014, p.93).

Ressalta-se que no contexto da época, conforme Aranha (1996), a educação não era vista como primordial e também não era acessível a todos, tendo em vista o caráter agrário, patriarcal e escravista da sociedade colonial.

Entre as três instituições sociais que mais serviram de canais de ascensão, a família patriarcal, a igreja e a escola, estas duas últimas que constituíram um contrapeso à influência da casa-grande, estavam praticamente nas mãos da Companhia: quase toda a mocidade, de brancos e mestiços, tinham de passar pelo molde de ensino jesuítico, manipulado pelos padres, em seus colégios e seminários, segundo os princípios da famosa ordenação escolar, e distribuída para as funções eclesiásticas, a magistratura e as letras (AZEVEDO, 1963, p. 523 *apud* ARANHA, 1996, p.115).

No entanto, a expansão do trabalho educacional e missionário jesuítico na colônia e o conseqüente crescimento de sua influência sobre a população, inclusive no campo político e econômico, passou a incomodar o governo metropolitano. Associado a isto, a difusão dos ideais iluministas no decorrer do século XVIII na Europa, fez com que o ensino jesuítico recebesse críticas cada vez mais incisivas.

Foi neste contexto que, conforme Aranha (1996), o governo português, sob o comando de Marquês de Pombal, decidiu pela expulsão da Companhia de Jesus de todos os seus territórios, incluindo o Brasil, o que fez com que ocorresse uma desestabilização do sistema escolar implantado até então.

Pode-se questionar a validade do ensino dos jesuítas na formação da cultura brasileira, mas é indiscutível que de início foi prejudicial o desmantelamento da estrutura educacional montada pela Companhia de Jesus. Os bens dos padres são confiscados, muitos livros e manuscritos importantes destruídos, nada sendo repostos. De imediato, o ensino regular não é substituído por outra organização escolar, enquanto os índios, entregues à sua própria sorte, abandonam as missões. (ARANHA, 1996, p.134)

Assim, o período pombalino foi marcado pelo retrocesso na educação brasileira, pois diante da desestabilização provocada pela expulsão dos jesuítas, somente em 1772 seriam implantadas as denominadas *aulas régias*, com uma metodologia de disciplinas isoladas, que deram início ao ensino público oficial no Brasil.

Saviani (2014) afirma que o ensino implantado pela reforma pombalina se distinguia do modelo da pedagogia dos jesuítas, pois se inspirava em ideias laicas do iluminismo e privilegiava o papel do Estado.

É elaborado um mapa com indicações das cidades, tipos de aulas e número de professores necessários, tendo sido criadas 17 aulas de ler e escrever e distribuídas entre Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Maranhão. Para o pagamento dos professores, o governo instituiu um imposto, depois conhecido como “subsídio literário”, gerando recursos que

“nem sempre foram aplicados na manutenção das aulas, segundo Sérgio de Holanda (ARANHA, 1996, p. 134).

No entanto, conforme Aranha (1996, p. 134), havia um grande contraste entre a Europa e o Brasil, e as transformações sociais, políticas e econômicas que ocorriam no fim do século XVIII no Velho Mundo não se estendiam ao Brasil. Sendo assim, a reforma pombalina no campo educacional não surtiu efeito, persistindo por aqui o analfabetismo e o ensino precário.

Diante do exposto, observa-se, apesar de os jesuítas terem sido expulsos, que o trabalho educacional por eles desenvolvido deixou suas marcas e, conforme Aranha (1996, p. 102), contribuiu para a consolidação do ideário católico na concepção de mundo dos brasileiros, o que favoreceu a permanência da tradição religiosa no ensino mesmo após a República.

## **2.2 Império do Brasil: a educação católica no contexto de união entre Estado e Igreja**

Concluído o processo de emancipação em relação à Portugal em 1822, o Brasil adotou o regime monárquico e se tornou Império, mantendo a estrutura econômica e social do período colonial e algumas mudanças na política, as quais não abalaram a relação entre Igreja e Estado, que se manteve bastante sólida. Esta aproximação entre as duas instituições foi oficializada por meio da primeira Constituição, outorgada em 1824 e que definiu o catolicismo como a religião oficial do país.

No campo da educação, conforme Alves (2002), o Império decidiu por manter as restrições que haviam sido impostas anteriormente à independência.

[...] Esta posição manteve os limites impostos à Igreja no que diz respeito à educação, mesmo nos seminários. A perseguição contra as congregações religiosas e o clero estrangeiro e oposição a todas as intervenções de Roma foram mantidas. O antijesuitismo continuou. Nada de importante neste sentido será mudado durante o regime Imperial (ALVES, 2002, p. 13)

Destaca-se que embora a primeira Constituição tenha incluído o princípio de liberdade de ensino sem restrições e a intenção de “instrução primária gratuita a

todos os cidadãos”, inclusive almejando a criação de um sistema nacional de instrução pública, tal lei nunca seria cumprida de fato (ARANHA, 1996, p. 152).

Um dos fatores que dificultaram a concretização da oferta do ensino público e gratuito, foi a emenda à Constituição, o Ato Institucional de 1834, por meio do qual foi definida a descentralização do ensino, atribuindo às províncias a função de promover o ensino elementar e secundário (ARANHA, 1996, p. 152).

Aranha (1996), ressalta que a Coroa fica responsável pela promoção do ensino superior, o que reforçou o caráter elitista da educação brasileira, tendo em vista que a ausência de recursos das províncias para a organização do ensino, especialmente o secundário, abriu-se uma porta para o surgimento de escolas privadas, principalmente os colégios confessionais católicos. Quanto ao ensino primário, este continua abandonado, com raros recursos para sua implementação.

A carência de recursos e a falta de interesse das elites regionais impediram a organização de uma rede eficiente de escolas. No balanço final, o ensino secundário foi assumido, em geral, pela iniciativa particular, especialmente pela Igreja. O ensino primário, novamente, ficou abandonado. (OLIVEIRA, 2004. p.948)

A partir de meados do século XIX, a relação igreja e Estado começa a estremecer, tendo em vista as mudanças socioeconômicas no país e a crescente influência de ideologias europeias que defendiam a laicização do Estado e, também da educação. No entanto, a atenção à escola pública continua inexistente, o que favorecia a consolidação de escolas privadas católicas em diversas cidades brasileiras.

Neste contexto de transformações, conforme Aranha (1996, p. 156), o pensamento católico passa a enfrentar a ideologia liberal leiga e o positivismo, que intensificava a luta pela escola pública, leiga e gratuita, com ênfase no ensino de ciências. As novas ideias viriam a influenciar também a reforma Leôncio de Carvalho, em 1879, que defendia a liberdade de ensino, de frequência, de credo religioso, a criação de escolas normais e o fim da proibição de matrícula de escravos.

No entanto, apesar das novas influências ideológicas e das reformas propostas pelo Império, observa-se que, em geral, a situação do ensino manteve muito precário.



Ao final do Império, o quadro geral do ensino era o seguinte: poucas escolas primárias (com 250 mil alunos para um país com cerca de 14 milhões de habitantes, dois quais 85% eram analfabetos), liceus provinciais nas capitais, colégios particulares nas principais cidades, alguns cursos normais e os cursos superiores que forjavam o projeto elitista (para formação de administradores, políticos, jornalistas e advogados), que acabou se transformando num elemento poderoso de unificação ideológica da política imperial. (OLIVEIRA, 2004, p.949).

Neste contexto, chama à atenção a análise sobre a situação do ensino no Brasil feita por Rui Barbosa, na qual ele destaca a situação nos países mais desenvolvidos que serviam de inspiração para o país, mas, resultava em “um plano ideal e teórico”, porém distante da realidade brasileira, sendo incapaz de solucionar os problemas existentes (ARANHA, 1996, p. 156).

### **3 A educação escolar católica no Estado laico brasileiro**

#### **3.1 A implantação da República e a separação entre Igreja e Estado**

Em 1889 ocorreu a queda da monarquia no Brasil e, a partir de então, teve início o período republicano que, pela Constituição de 1891, instaurou oficialmente um governo representativo, federal e presidencial. No campo educacional, conforme Aranha (1996, p. 197), as ideias liberais que agitavam o mundo resultaram em muitas reflexões no Brasil acerca do ensino e da escola, mas foi o ideário positivista que teve maior impacto no início da República no Brasil.

Com isso, foi proposto um rompimento com a tradição do ensino literário e clássico, herdado dos jesuítas, e pretendeu-se promover os estudos científicos. Além disso, prevaleceu a proposição positivista de separação da Igreja e do Estado e a laicização do ensino nos estabelecimentos públicos.

Dessa forma, observa-se que o novo regime provocou uma perda de espaço da Igreja, ao menos oficialmente, o que fez com que os católicos buscassem novos caminhos para manter sua hegemonia, inclusive na educação.

A Igreja, pelo menos uma parte do episcopado e do clero, que procurou se libertar da tutela do Estado, ficou surpresa ao se ver excluída tão abruptamente do poder público e político, e de ser colocada em igualdade com todas as outras religiões. Isso representava uma razoável perda de seus privilégios. Era necessário à igreja reconquistar seu *status*, sua influência sobre o Estado e a sociedade [...] Em 1889 a igreja no Brasil em consequência do sistema anterior, contava com apenas 13 bispos e 700

padres (clero geralmente mal formado e submetido ao Estado) para os milhões de habitantes. (ALVES, 2002, p. 18)

Praticamente excluída, a Igreja começou a tomar decisões para recuperar a grande influência que possuía até então. Entre tais medidas, Alves (2002) destaca a abertura de conventos, seminários, ordenação de padres e bispos e principalmente a criação de novas escolas.

### **3.2 Embates entre a Igreja Católica e as novas concepções de educação**

A primeira concepção a ter maior influência no ensino foi o positivismo que, de acordo com Aranha (1996), foi muito bem aceito pelas gerações mais novas dos oficiais formados pela Escola Militar, tendo em vista que valorizavam a disciplina e a moral mais severa. No entanto, essa concepção de ensino coordenada pelo professor Benjamin Constant, não teve o êxito esperado, pois, conforme Alves (2002), o positivismo

[..] foi um fracasso. A maior parte ficou letra morta. Benjamin Constant e sua equipe perderam de vista as variáveis econômicas, como a falta de recursos e de infraestrutura, assim como também os obstáculos políticos, a falta de apoio das elites que não queriam prejudicar a formação de seus filhos, segundo o modelo tradicional, e que desejavam proteger seu *status quo*. (ALVES, 2002, p.18)

Os números referentes às primeiras décadas da República confirmam o insucesso da educação no referido período, pois conforme Alves (2002, p. 19), “de 1889 a 1920, o analfabetismo aumentou em número absoluto e proporcionalmente ao número de alfabetizados”. Tal situação vai favorecer o surgimento de um crescente número de escolas privadas, principalmente católicas, atendendo as camadas mais privilegiadas da época. Religiosos de diversas congregações católicas expulsas da França por causa da laicização que lá ocorria, começaram a vir para o Brasil e inauguraram escolas, voltadas principalmente para a formação da elite.

Com uma educação pública totalmente desvalorizada, e um regime político que não se preocupava com a transformação dela, a educação católica ia ganhando cada vez mais espaço e o reconhecimento da sociedade da época, principalmente

pela elite que considerava o ensino católico como o melhor, tanto pela qualidade, quanto pela dedicação dos religiosos.

Com o processo de industrialização e urbanização do Brasil, principalmente a partir da década de 1920, importantes mudanças ocorreram no campo político, econômico e social, na qual as exigências quanto à oferta de ensino escolar se tornam cada vez mais intensas.

Entre as propostas de mudanças no campo da educação destacou-se o denominado escolanovismo ou movimento da escola nova, responsável pelo surgimento de um entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, sendo formado por educadores e profissionais da educação.

O professor Jorge Nagle considera característica dos anos 20 o “entusiasmo pela educação” e o otimismo pedagógico, dado que surgem intelectuais e educadores “profissionais”, isto é, especialmente voltados para a educação, e que empreendem debates e planos de reforma para recuperar o atraso brasileiro [...] (ARANHA, 1996, p. 198).

A partir do pensamento liberal que marcou o movimento da escola nova, os educadores começaram a defender uma escola pública e para todos, para que a sociedade pudesse ser mais igualitária no sentido de ter direito a uma educação sem discriminação. Entre os precursores do escolanovismo, Anísio Teixeira se destacou pela luta por um ensino público e de qualidade se opondo às escolas particulares, especialmente as religiosas. Em 1932, conforme Aranha (1996), a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova reforçou a defesa da educação leiga e pública, como obrigação do Estado, sendo que o ensino deveria ser único, não havendo nenhuma distinção de acordo com a classe social.

Neste contexto de conflito acirrado entre católicos e liberais, os escolanovistas foram acusados de serem ateus e comunistas. Ao mesmo tempo, a Igreja reagia e difundia a ideia de que os costumes religiosos deveriam fazer parte da educação escolar.

Os pensadores católicos preconizam a reintrodução do ensino religioso nas escolas por considerar que a verdadeira educação apenas pode ser aquela vinculada à visão moral cristã. Para eles as escolas leigas “só instruem, não educam” (ARANHA, 1996. p.199)

Destaca-se ainda a hierarquia estabelecida para doutrina católica, na qual a educação escolar deveria ser precedida pela educação desenvolvida pela família e pela própria Igreja, sendo que a união dos três favoreceria o desenvolvimento do indivíduo.

[...] De acordo com o líder católico o caráter último da pedagogia que se deve opor “ao naturalismo pedagógico, em suas inúmeras modalidades modernas, é caber simultaneamente à Família, à igreja e ao Estado” (Lima, 1931, p. XII) a organização do ensino e da educação nacional. Frisa, porém que se deve preservar o direito de precedência para a família e a igreja, considerando respectivamente instituições natural e sobrenatural, sobre o Estado [...] (LIMA, 1931, p. XII apud SAVIANI, 2014, p. 258)

Segundo ALVES (2002), a partir da década de 1950 a realidade política, econômica e social do Brasil passou por uma série de mudanças, consequência também do contexto internacional da época. Assim, a Igreja foi perdendo cada vez mais espaço para o ensino primário da rede pública, tendo em vista a expansão da oferta do ensino por parte do Estado. No entanto, os colégios católicos ainda continuaram formando pessoas advindas das famílias de maior poder aquisitivo, indivíduos este que ocupariam posições de maior relevância na sociedade.

Nos anos de 1970 com a decorrência de uma série de fatores internos e externos à escola, verifica-se um acirramento da crise na educação escolar católica no Brasil; processo que fez com que inúmeros colégios fechassem suas portas em diversas cidades brasileiras.

Apesar da referida crise e das constantes mudanças na legislação específica, as quais resultam em dificuldades para que as escolas confessionais se mantenham ativas, ainda há muitas presentes no atual contexto educacional brasileira. Nesse sentido, apresenta-se, na próxima seção, uma abordagem acerca das escolas confessionais católicas existentes no município de Bebedouro, no interior paulista.

## **4 Estudo de caso: escolas confessionais católicas do município de Bebedouro SP**

### **4.1 Colégio Anjo da Guarda de Bebedouro SP**

Localizado na região nordeste no estado de São Paulo, o município de Bebedouro viu surgir as primeiras ideias sobre a fundação de um colégio católico por

volta de 1927, quanto o então vigário da cidade, o Cônego Aristides da Silveira Leite, apresentou a proposta de uma escola que pudesse atender exclusivamente ao público feminino da época.

Para dirigir o estabelecimento que logo teve sua construção iniciada, o vigário convidou a Congregação da Irmãs Doroteias, de origem italiana e já conhecida no Brasil pelo trabalho desenvolvido no campo educacional em colégios localizados em diversos municípios e regiões:

De fato, a 15 de novembro de 1929, escreveu comunicando ter sido bem aceita pelo seu Conselho a ideia da abertura do Colégio, no princípio de 1930. No entanto, com o atraso das obras da construção havia a necessidade de se adiar por alguns meses a inauguração da Escola. (TONIOSSO, 2006, p.34)

Denominado Colégio Anjo da Guarda, a escola foi fundada no ano de 1931, oferecendo inicialmente o curso normal, voltado para a formação de professoras, e o curso primário, ambos exclusivamente para uma clientela feminina. Nos anos seguintes, superadas as primeiras dificuldades, ocorreram diversas mudanças no ensino oferecido pela Instituição. Dessa forma, a Educação Infantil surgiu no Colégio na década de 1960, enquanto na década de 1970, foi implantado o Ensino Profissionalizante e o Supletivo, sendo que nessa mesma década a escola deixou de atender somente o grupo feminino, estendendo a sua proposta de ensino para os rapazes.

No atual contexto, o Colégio atende desde o maternal até a 3ª série do ensino médio, atingindo assim um público na faixa etária de dois a dezessete anos de idade; tendo como missão os ensinamentos da Igreja Católica, baseando-se na pedagogia de Paula Frassinetti, “[...] a formação de pessoas comprometidas com a transformação do mundo, capazes de compreenderem a realidade na qual vivem, [...] estabelecerem uma justa hierarquia de valores” (TONIOSSO, p. 30).

Em relação à Proposta Pedagógica do Colégio, observa-se significativa influência dos valores cristãos e dos princípios preconizados pela madre fundadora.

Fundamentada na pedagogia de Santa Paula Frassinetti, que é o caminho do coração e do amor, nosso Colégio recria o ambiente familiar, natural ao crescimento humano, para que cada aluno sinta-se amado e acolhido, com todas as qualidades e limites. Com firmeza e suavidade busca através do diálogo, da criatividade, da criticidade construir o conhecimento, a erudição, o crescimento e a formação integral da pessoa. (TONIOSSO, 2006, p. 30).

A proposta filosófica do Colégio prega o desenvolvimento do compromisso com a transformação do mundo, voltada para a vocação cristã, construindo uma sociedade mais justa e fraterna, promovendo a justiça e a solidariedade.

#### **4.2 Educandário Santo Antônio de Bebedouro, SP**

Segundo Ramos (2010), inicialmente o Educandário Santo Antônio, construído por frades franciscanos e fundado em 1958, era um orfanato que abrigava crianças do sexo masculino de 7 a 12 anos. Depois de três meses após sua fundação, a Instituição assumiu o nome atual atendendo sob regime de semi-internato crianças de 4 a 14 anos, que ficavam na escola depois de concluir as atividades nas escolas públicas, ou seja, era como um projeto em que as crianças tinham atividades extracurriculares oferecidas. Na época treze crianças órfãs participavam do projeto.

Em 1968 a escola passou a atender sessenta crianças, que era a sua capacidade máxima, após um convenio com a Secretária da Promoção Social. No ano de 1974, o trabalho do Frei Eduardo Chagas Nithack, embasado em uma filosofia de promoção humana, com atendimento em meio aberto, fez com que algumas crianças voltassem para São Paulo ou para seus lares.

A partir de 1978, o Educandário passou a oferecer atendimento em nível de educação infantil, e nos anos seguintes estendeu a oferta de ensino passando a oferecer o Fundamental e o Médio. Em 2010 afirma Ramos (2010), o Educandário atendia mais de 500 crianças e adolescentes, de famílias de baixa renda em período integral. Também oferece uma assistência integral por meio de vários programas, que inclui o atendimento às famílias dos alunos matriculados, visando ao desenvolvimento social e a capacitação.

A missão do Educandário é “atuar na formação de crianças e adolescentes em situação de risco e no fortalecimento familiar de modo a desenvolver do pleno exercício da cidadania na transformação do meio em que vivem”.

### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio do desenvolvimento desta pesquisa, é possível identificar a inegável importância da Igreja Católica na trajetória da educação brasileira, tendo em vista que ainda no início da colonização, em meados do século XVI, coube a

determinadas congregações religiosas, como os franciscanos e os jesuítas, a implantação de um ensino sistematizado, com a criação dos primeiros colégios em território brasileiro.

Com isso, apesar das diversas mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas ao longo do tempo, assim como o surgimento de novas concepções educacionais, muitas das quais defendiam uma educação laica, pública e gratuita, como dever do Estado, a Igreja foi gradativamente perdendo parte do espaço que havia conquistado.

No entanto, tendo em vista não conseguir suprir totalmente a oferta de educação à população, o próprio Estado deixou algumas lacunas que permitiu à Igreja a possibilidade de continuar desenvolvendo seu trabalho educacional, por meio de diversas congregações religiosas católicas.

Neste sentido, verifica-se que mesmo que o trabalho educacional realizado pela Igreja no atual contexto não seja tão amplo quanto antes, alguns colégios confessionais permanecem ativos, realizando um trabalho pedagógico diferenciado que busca integrar o religioso como forma de promover o desenvolvimento humano.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Manoel. A escola católica: Uma história de serviço ao povo e à nação brasileira. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.3, n.7, p.37-62, set./dez.2002.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

OLIVEIRA, Marcos Marques. As origens da educação no Brasil: da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 948-949, out./dez. 2004

PAIVA, José Maria. Igreja e educação no Brasil colonial. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil Vol. I – Séculos XVI-XVIII**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 77- 90.

RAMOS, Valmir, Frei. Educandário Santo Antônio de Bebedouro. **Revista Paróquia Sagrado Coração de Jesus**, Bebedouro, ed. esp., p.18, abr. 2010.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na educação brasileira In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e Memórias**

**da Educação no Brasil Vol. I – Séculos XVI-XVIII.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 93-105.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Educação e colonização: as ideias pedagógicas no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil Vol. I – Séculos XVI-XVIII.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p.121-129.

TONIOSSO, Pedro, José. **Colégio Anjo da Guarda - 75 anos: uma trajetória de educação pela via do coração e do amor: memórias e depoimentos (1931-2006).** Bebedouro: Colégio Anjo da Guarda, 2006.